

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**LAUDO TÉCNICO nº 28/2013**

**1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Em atendimento ao ofício 135/2013/PJS da Promotoria de Justiça da Comarca de Serro, no dia 23 de abril de 2013 foi realizada vistoria no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras pela arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e pela historiadora Neise Mendes Duarte, analistas do Ministério Público.

Este laudo técnico tem como objetivo verificar o estado de conservação e indicar medidas necessárias para a proteção e preservação do bem cultural conhecido como Rancho das Tropas.



**2 - METODOLOGIA**

Para elaboração deste laudo foi utilizado o seguinte procedimento técnico:

- Consulta à documentação constante do PAAF nº 0024.13.003321-0
- Pesquisa na Diretoria de Promoção do IEPHA, que gerencia o ICMS Cultural repassado aos municípios.
- Inspeção “in loco” no bem cultural, com registro fotográfico.
- Consulta à legislação municipal que trata sobre o patrimônio histórico e cultural do Serro.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

### 3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

#### 3.1 - Breve histórico do município do Serro<sup>1</sup>

O povoamento da região do Serro ocorreu no contexto da colonização portuguesa, com a organização, em fins do século XVI, das expedições bandeiristas que tinham como objetivo o desbravamento do interior da Colônia.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa:

A região do Serro Frio foi palmilhada por várias expedições: Sebastião Fernandes Tourinho, Jorge Dias, Azpicuelta Navarro, João Coelho de Souza, Antônio Dias Adorno, Marcos de Azeredo Coutinho, etc.<sup>2</sup>

Em 1702, uma expedição liderada por Antônio Soares Ferreira e Manoel Rodrigues Arzão, atingiu as cabeceiras do Rio Jequitinhonha, onde foram descobertas as minas de ouro do Ivituruí, que, na língua indígena, significa Serro Frio. A partir desta descoberta aurífera, começaram a se formar na região uma série de ranchos que daria origem aos primeiros povoados.

A administração do território das Minas constituiu-se numa tarefa árdua e desafiadora para a Coroa Portuguesa que, ao longo do período colonial, adotou para tentar exercer controle sobre a região. Em 1711 foi criado o cargo de Superintendente das Minas de Ouro na região do Serro, cargo ocupado pelo sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas. Em 1714, em decorrência do desenvolvimento das atividades de extração aurífera, o arraial de Lavras Velhas do Ivituruí foi elevado à categoria de Vila.

Nesta época, o território das Minas estava organizado em três comarcas: a de Vila Rica, com sede no arraial de mesmo nome, a do Rio das Velhas com sede em Sabará e a do Rio das Mortes com sede em São João Del Rei. Pela provisão de 17 de fevereiro de 1720 foi criada e demarcada a quarta comarca, a do Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe, nova denominação dada ao antigo arraial.

A descoberta de diamantes, anunciada oficialmente em 1729, inaugurou um ciclo econômico na região, com a intensificação do controle e da fiscalização pela Coroa Portuguesa. Em 1751 foi instalada na Vila do Príncipe uma casa de fundição.

O desenvolvimento econômico da localidade aliado à forte religiosidade de seus habitantes deu origem à construção de igrejas e capelas. A formação de irmandades religiosas também constituiu-se numa importante característica do período colonial. Destacaram-se no Serro as irmandades do Santíssimo, de Nossa Senhora da Conceição, de Santo Antônio, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Purificação e de São Francisco.

A primeira edificação religiosa do antigo arraial, a Capela de Santo Antônio, foi erguida em 1703. O crescimento populacional demandou a construção de novos templos e a ampliação dos já existentes. Desse modo, em 1756 a Igreja Matriz já se constituía num ponto de referência para a vida urbana do Serro.

A atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi erguida entre os anos de 1776 e 1796, tendo passado por várias intervenções ao longo dos séculos XIX e XX.

<sup>1</sup> Fonte: [http://www.cidadeshistoricas.art.br/serro/sr\\_his\\_p.php](http://www.cidadeshistoricas.art.br/serro/sr_his_p.php), acesso em abril/2013.

<sup>2</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 02 – Mapa da Freguesia da Villa do Príncipe – 1800 (data provável). Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso abril 2013.

Com a decadência da mineração, a Vila do Príncipe passou por um processo de esvaziamento de sua vida social e econômica. Em 1817, o naturalista August de Saint- Hilaire descreve a situação da localidade da seguinte forma:

Vila do Príncipe compreende cerca de 700 casas e uma população de 2.500 a 3.000 indivíduos. Está vila está edificada sobre a encosta de um morro alongado; e suas casas dispostas em anfiteatro, os jardins que entre elas se vêem, suas igrejas disseminadas foram um conjunto de aspecto muito agradável, vista das elevações próximas.<sup>3</sup>

Ainda segundo os relatos de Saint- Hilaire, a vila não possuía nenhum chafariz e o abastecimento de água era feito por escravos que traziam barris de água do vale. Não havia

<sup>3</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

estabelecimentos de lazer e a diversão ficava a cargo da caça ao veado, prática comum na região. O naturalista descreveu também as festas religiosas, relacionadas à Semana Santa, que já eram tradição na antiga vila:

Estive em Vila do Príncipe durante a quaresma. Três vezes por semana ouvia passar pela rua uma dessas procissões que chama procissão das almas, e que tem por objetivo obter do céu a libertação das almas do purgatório. São ordinariamente precedidas por uma matraca; nenhum sacerdote as acompanha, e são unicamente constituídas pelos habitantes do lugar possuidores de voa mais agradável.<sup>4</sup>

Durante o período imperial, tentou-se dinamizar a economia da região com a implantação de pequenas fábricas de ferro. A Vila do Príncipe foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Serro, através da Lei nº 94 de 06 de março de 1838, voltando a ocupar uma posição de destaque na região. Vários casarões foram construídos durante a primeira metade do século XIX.<sup>5</sup>

Ainda no século XIX, a cidade do Serro teve grande projeção política no cenário nacional com a participação de um de seus filhos ilustres, Teófilo Otoni, na liderança da Revolução Liberal de 1842. Outro fato que marcou a atuação de Teófilo Otoni na cidade do Serro, foi a fundação em 1830 do periódico “Sentinela do Serro”, que tornou o município a quarta localidade de Minas a possuir imprensa periódica.<sup>6</sup>



Figura 03 – Vista parcial da Rua da Cavahada na cidade do Serro (1900 – 1910 data provável).  
Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso abril 2013.



Figura 04 – Vista parcial da cidade do Serro (1900 – 1910 data provável).  
Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso abril 2013.

Na época da proclamação da República, o Serro vivia novamente um período de estagnação econômica que, aliada à péssima condição de suas estradas provocou um certo isolamento do município. Em contrapartida, este isolamento contribuiu para conservação do patrimônio histórico local. Desse modo, um século após sua emancipação, em 1938, todo

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 150-151.

<sup>5</sup> [www.cidadeshistoricas.art.br/serro](http://www.cidadeshistoricas.art.br/serro). Acesso abril de 2013.

<sup>6</sup> BARBOSA, *Op cit*, p. 341.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

acervo urbano-paisagístico do Serro foi tombado pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 05 –Vista parcial da cidade do Serro (1957). Ao fundo a Igreja de Bom Jesus do Matozinhos e a Casa dos Otoni. Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso abril 2013.

Ao longo do século XX, a agropecuária tornou-se a base econômica do município. Grande parte do leite produzido é utilizada na fabricação do queijo do Serro, cujo modo de fazer artesanal foi registrado no Livro de Registro dos Saberes como Patrimônio Imaterial do Brasil no ano de 2008.

### 3.2 – Breve histórico do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras

O povoado de São Gonçalo do Rio das Pedras surgiu em decorrência das atividades minerárias desenvolvidas na região do Serro Frio no início do século XVIII.

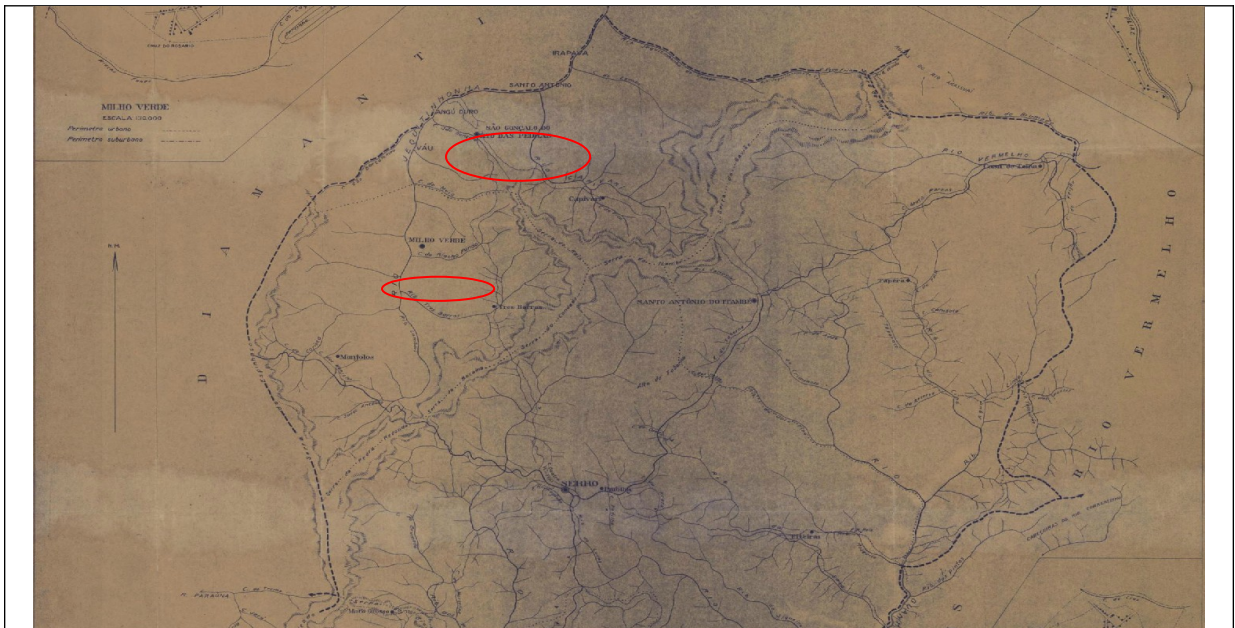
A descoberta do diamante na região e a posterior demarcação do Distrito Diamantino influenciaram a dinâmica do povoado que também sofreu as restrições impostas pela Coroa Portuguesa, na tentativa de exercer maior controle sobre a exploração do diamante.

Estas restrições causaram grande estagnação econômica no povoado, desestimulando a permanência de moradores na localidade. O isolamento geográfico imposto a São Gonçalo contribuiu para preservação de elementos arquitetônicos e paisagísticos dos séculos XVIII e XIX<sup>7</sup>. A Igreja Matriz de São Gonçalo constituiu-se num importante exemplar da arquitetura do século XVIII. Na pintura do forro desta edificação encontra-se inscrito o ano de 1787.

Em 12 de outubro de 1871 São Gonçalo do Rio das Pedras foi transformado em distrito do município do Serro.

<sup>7</sup> <http://www.serro.tur.br/saogoncalo.php>. Acesso abril de 2013.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Recorte do mapa do Município do Serro mostrando os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras (assinalados de vermelho). Fonte: Arquivo Público Mineiro (Mapa de Minas Gerais – Município do Serro, 1939).

Somente no início do século XX a situação econômica do Distrito começou a apresentar mudanças, uma vez que a localidade se transformou num importante centro comercial para a região. São Gonçalo se beneficiou com a circulação de tropas que transportavam mercadorias oriundas de Guanhanes e do Serro com destino a cidade de Diamantina.<sup>8</sup> O Rancho das Tropas, bem cultural tombado no Distrito, consiste numa evidência histórica da passagem de tropas pela localidade.



Figuras 07 e 08 – Capela do Rosário (à esquerda) e Igreja Matriz (à direita) no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras em 1978. Fonte: <http://www.ibamendes.com/2011/10/fotos-antigas-de-cidades-de-minas.html>. Acesso abril de 2013.

<sup>8</sup> [http://www.cidadeshistoricas.art.br/saogoncalo/sgo\\_hist\\_p.php](http://www.cidadeshistoricas.art.br/saogoncalo/sgo_hist_p.php). Acesso em abril de 2013.

### Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Atualmente, o Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras ainda mantém forte ligação comercial com Diamantina. A agricultura e o turismo constituem-se nas suas principais atividades econômicas. São Gonçalo está localizado numa região privilegiada do Vale do Jequitinhonha, cuja paisagem é marcada pela presença de montanhas e cachoeiras que proporcionam ao local grande beleza cênica. O conjunto arquitetônico típico do período colonial mineiro também se constitui num importante atrativo turístico do Distrito.

#### 3.3 – Breve histórico do Rancho das Tropas<sup>9</sup>

Com o declínio da mineração, em fins do século XIX e início do século XX, os habitantes da Vila de São Gonçalo dispersaram-se do núcleo urbano, dando origem à formação de diversos núcleos rurais, tendo como ocupação básica a agropecuária. A partir daí, surgiram na região os núcleos rurais de Angu Duro, Engenho, Córrego do Feijão, Fazenda Santa Cruz e Vau.

Nesta mesma época, toda a região do Serro do Frio passava por alterações em sua tipologia: a figura do minerador estava desaparecendo aos poucos e em seu lugar ia surgindo o tropeiro, elemento social importante que com suas tropas ligava cidades, vilas, arraiais e povoados. Pelos caminhos surgiam aqui e ali pequenos ranchos ou abrigos para pernoites. “*A função da tropa naquele tempo era o caminhão hoje, se a tropa parasse parava o Brasil*”, disse Sr. Aguiar, ex-tropeiro, em entrevista a Marilena de Miranda Nunes – IPHAN.

É indiscutível a importância dos tropeiros como elemento de ligação e comunicação entre as vilas, cidades e povoados de Minas Gerais, bem como sua contribuição tanto arquitetônica, quanto cultural e no que tange à culinária na formação do povo mineiro.

(...) o cozinheiro lhes preparava a comida cujo perfume se embebia pelas paredes do rancho e se derramava até a rua; uma comida capaz de desafiar os estômagos dos maiores dispépticos. O feijão de tropeiro é, sem dúvida, uma das iguarias mais deliciosas da arte culinária.<sup>10</sup>

Na região do Jequitinhonha, os tropeiros vinham do local que denominavam “Mata”, trazendo balaios carregados com produtos como toucinho, sacos de feijão, milho ou arroz, barris de pinga e carne seca. Quando voltavam da chamada região do trem-de-ferro (Diamantina, Curvelo, Corinto) traziam mercadorias diversificadas, confeccionadas e industrializadas nos grandes centros, além de produtos essenciais para o consumo da região (sal, querosene, tecidos, ferragens de modo geral, coisas de armarinhos e, principalmente, remédios). As mercadorias eram compradas pelos comerciantes em Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, seguiam para Diamantina através da Estrada de Ferro Central do Brasil, de onde eram levadas pelos tropeiros.

O arraial de São Gonçalo, devido sua localização geográfica, converteu-se, assim, num centro comercial de relativa importância, por onde passavam todas as tropas vindas da “Mata” (Peçanha, Guanhões, etc.) e do Serro em direção ao mercado de Diamantina:

Lotes e mais lotes de burros diariamente cortavam – do Arraial de Baixo ao Alto do Gambá e vice versa – indo para os lados de Diamantina, Corinto, Curvelo, ou

<sup>9</sup> Dossiê de Tombamento do Rancho de Tropas de São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro/MG, 1999.

<sup>10</sup> SALLES, Joaquim de. Se não me falha a memória. São Paulo: Instituto Moreira Salles, Ed. Giordano, 1993.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

voltando para suas bases em Sabinópolis, Guanhães, Peçanha, São João, Rio Vermelho, Coluna. A cidade dispunha de um Mercado Municipal, que era, naquela época, na Cavahada, ao lado da Igreja do Carmo, na parte baixa. Havia ainda diversos ranchos, pequenos mercados, ou abrigos para pernoite: no Pasto Padilha, no Arraial de Baixo Rancho de Juquinha-do-Corte, um outro no Gambá e também lá na Vargem.<sup>11</sup>

Estes lotes de burros, depois de pernoitarem nos diversos Ranchos existentes no Serro, seguiam viagem indo parar novamente em São Gonçalo. Surgiu assim, no lugarejo, logo depois de se atravessar o Rio das Pedras, o Rancho de Tropas, local de pouso dos tropeiros, onde se fazia sempre o mesmo ritual de chegada: descarregar os animais, empilhar as cangalhas, armar a trempe de cozinha, raspar os animais, cuidar de suas feridas e levá-los para um pasto próximo.

Os tropeiros dormiam no chão dos ranchos, onde abriam seus couros próximos às suas cargas. Os donos das tropas, ao contrário, dormiam em uma pensão ao lado. Deste modo, o rancho de São Gonçalo constituía-se numa edificação com todas as características dos ranchos existentes nesta época na região do Jequitinhonha: uma unidade composta de casa para pouso ou pensão, de uma área de comércio e do rancho propriamente dito.

Neste sentido, é inegável o valor histórico e arquitetônico do Rancho de Tropas, localizado no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, uma vez que se constitui num dos últimos exemplares a preservar sua unidade e características arquitetônicas originais.<sup>12</sup>

No ano de 1987, através do “Plano de Preservação” proposto pelo então SPHAN / Pró-Memória – 7ªDR, Minas Gerais, já se tinha como objetivo o tombamento do Distrito e o tombamento isolado do Rancho de Tropas. Propunha-se também sua restauração, uma vez que se encontrava em estado precário de conservação e sua revitalização, para que não perdesse sua função de serviço. Tentava-se uma preservação que conciliasse patrimônio familiar e patrimônio cultural, adotando-se uma postura de discussão e participação da comunidade. A lei de tombamento deveria emergir deste processo participativo. Neste contexto, foram realizadas conversas com a família proprietária do Rancho das Tropas que, inicialmente, optou pelo não tombamento do bem, embora tenha manifestado grande interesse em sua preservação.

Posteriormente, o Rancho das Tropas foi alugado pela Associação de Moradores que passou a desenvolver no local um trabalho de tapeçaria.

<sup>11</sup> FREIRE, Geraldo. Caminhos da Memória. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

<sup>12</sup> Site da Fundação João Pinheiro.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 01 e 02 – Fotografias do Rancho de Tropas contidas em seu Dossiê de Tombamento.



Figura 03 – Fotografia do Rancho de Tropas contida em seu Dossiê de Tombamento.



Figura 04 – Rancho de Tropas. Fonte: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural do Serro.

#### 4 – ANÁLISE TÉCNICA

A edificação conhecida como Rancho das Tropas, localiza-se no largo do Comércio, área central do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras.

Possui tombamento municipal através do Decreto nº 839, de 31 de março de 2000, devidamente inscrito no Livro do Tombo. A documentação referente ao tombamento foi encaminhada ao Iepha para receber a pontuação referente ao ICMS Cultural no ano de 2001, sendo aprovada neste mesmo ano. Na época do tombamento era de propriedade dos herdeiros de Madalena Botelho.

O Dossiê de Tombamento contém as poligonais que delimitam a área tombada e de entorno, sendo definido que na área tombada não serão permitidas intervenções descaracterizantes, apenas sendo permitidas intervenções que se julguem necessárias a critério do órgão de preservação competente, desde que se harmonizem com a arquitetura existente. O

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

perímetro tombado inclui o rancho e a edificação contígua a este, além do terreno onde encontra-se implantado.



Figura 05 – Mapa constante do dossiê de tombamento com as poligonais de tombamento (tracejado preto) e de entorno (tracejado vermelho).

Na data da vistoria verificou-se que o Rancho das Tropas está construído de forma associada a uma edificação residencial à sua esquerda, provavelmente a antiga venda<sup>13</sup>, constituindo-se em parte integrante da mesma. Há outra edificação residencial construída na lateral direita, entretanto trata-se de intervenção mais recente.

De partido retangular, desenvolve-se em um pavimento junto ao alinhamento da via. A cobertura desenvolve-se em quatro águas, com estrutura em madeira roliça e vedação em telhas tipo capa e bica. A edificação contígua possui estrutura autônoma de madeira e as vedações em alvenaria a base de terra originais foram substituídas. O rancho propriamente dito possui vedações em madeira, em alguns trechos em forma de treliça para permitir a ventilação.

Internamente, o piso original em terra batida foi revestido por cimento queimado.

<sup>13</sup> As vendas eram importantes para suprir as necessidades básicas dos tropeiros e viajantes em geral que por ali trafegassem.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 06 – Rancho de Tropas associado a uma edificação residencial. Foto da vistoria.

Na vistoria, verificou-se que o antigo rancho abrigou usos distintos, resultando em intervenções internas. Ainda permanecem no local objetos integrantes do antigo bar que funcionou no local (balcão, engradados, prateleiras, etc). Atualmente o espaço é utilizado como depósito de materiais diversos como madeiras e móveis. Foi verificada no local a presença de um lampião a gás pendurado na estrutura de madeira da cobertura e de instalações elétricas precárias, expondo a edificação a riscos de incêndios.

A porta que fazia ligação do antigo rancho à edificação contígua a esta foi vedada por alvenaria em tijolos furados.

Intervenções descaracterizantes foram realizadas em sua fachada, na qual foi construída uma parede de tijolos furados em substituição às peças de madeira anteriormente existentes.

Verificou-se que algumas telhas originais foram substituídas por outras em modelos similares, o mesmo ocorrendo com alguns elementos da estrutura de madeira. Entretanto, há locais com telhas e madeirame comprometidos pela umidade ou pelos fungos e telhas trincadas e / ou deslocadas.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 07 e 08 – Rancho de Tropas, onde verifica-se a substituição dos elementos originais de madeira por tijolos cerâmicos furados. Foto da vistoria.



Figura 09 – Material armazenado no interior da edificação e vedação da porta de ligação entre o rancho e a edificação adjacente.

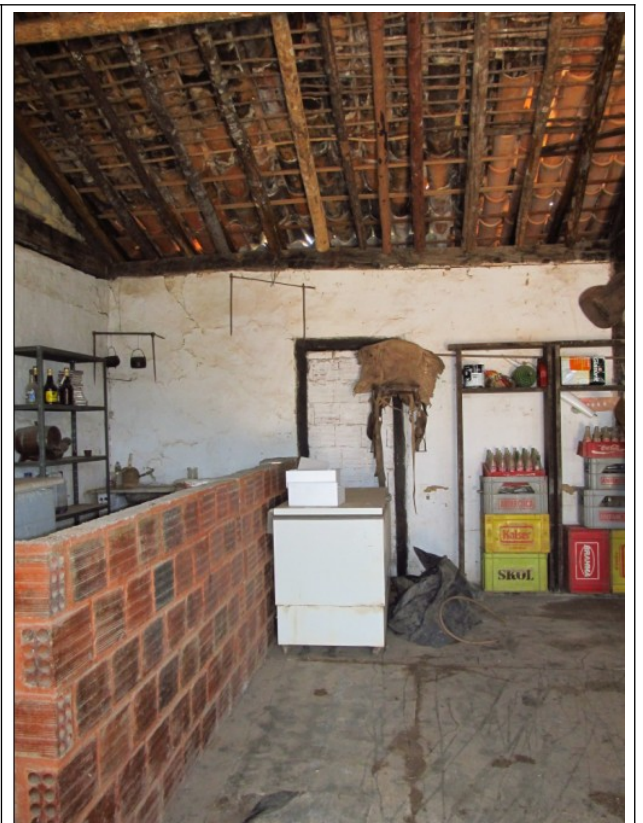


Figura 10 – Material remanescente do antigo bar existente no local

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 11 – Material armazenado no interior da edificação. Foto da vistoria.



Figura 12 – Lâmpião a gás e instalações elétricas precárias.



Figura 13 – Substituição de telhas originais por exemplares similares.

## 5- FUNDAMENTAÇÃO

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. O indivíduo tem que se reconhecer na cidade; tem que respeitar seu passado.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Nos últimos anos, as políticas e práticas desenvolvidas na área de preservação vêm adquirindo nova abrangência. O enfoque dado anteriormente apenas aos monumentos considerados de excepcional valor histórico, arquitetônico ou artístico amplia-se ao adotar o conceito de “patrimônio cultural” estendendo-se à memória social da coletividade.

É fundamental o papel que os municípios desempenham na salvaguarda do seu patrimônio cultural e natural, uma vez que é a comunidade que identifica e define os símbolos e referências no espaço vivenciado por ela.

O bem cultural em questão possui valor cultural<sup>14</sup>, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência. Acumula valores paisagísticos, turísticos, afetivos, históricos (de antiguidade), testemunho, raridade e identidade. O município reconheceu a sua importância ao realizar o seu tombamento no ano de 2000.

De acordo com o Plano Diretor do município, Lei complementar nº 075/2007, que possui o Capítulo V dedicado à preservação, proteção e conservação do Patrimônio Cultural:

**Art. 26** – As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro do perímetro da Zona de Proteção Cultural do distrito sede de Serro, definida no macrozoneamento deste Plano Diretor, e área de ocupação antiga dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo estão sujeitas às seguintes diretrizes:

- I. preservação da notabilidade do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico, determinada por meio da manutenção das seguintes características:
  - a) a unidade do conjunto urbano;
  - b) o quadro natural e a paisagem circundante;
  - c) a relação de áreas edificadas e não edificadas;
  - d) a morfologia urbana e o traçado dos logradouros;
  - e) os espaços públicos de reunião e encontro;
  - f) as tipologias arquitetônicas;
  - g) a diversidade e a multiplicidade de usos;
  - h) as manifestações culturais.
- II. unidade e originalidade do patrimônio arquitetônico, qualidade do conjunto, e harmonia da paisagem na qual está inserido;
- III. compatibilização dos valores e das necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico;
- IV. melhoria da qualidade de vida no meio ambiente urbano;

**Art. 27** – Os projetos de intervenções arquitetônicas, urbanísticas ou paisagísticas ou projetos para novas edificações localizadas na Zona de Proteção Cultural na área de ocupação antiga dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, e as intervenções em obras de arte, esculturas, pinturas, painéis, dentre outras obras artísticas só poderão ser feitas por profissional reconhecidamente competente para tais intervenções, que se sujeitarão às diretrizes de preservação.

## 6- CONCLUSÕES

<sup>14</sup> “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENEZES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

O Rancho das Tropas possui valor cultural<sup>15</sup>, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência. Acumula valores formais (estético, arquitetônico), turísticos, afetivos, históricos (de antiguidade), testemunho, raridade e identidade. Constitui-se referencial simbólico para o espaço e memória do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, bem como para toda a região do Alto Jequitinhonha.

Apesar de toda sua importância, o bem cultural encontra-se em precário estado de conservação. Acredita-se que um conjunto de fatores contribuiu com a deterioração do imóvel, entre eles a fragilidade dos materiais construtivos que ficaram expostos às intempéries, a antiguidade da edificação, a falta de uso. Além disso, houve omissão do poder público municipal que deixou de praticar ações que visassem à proteção do bem cultural.

Portanto, o Rancho das Tropas necessita de obras de restauração<sup>16</sup>, visando ações criteriosas e tecnicamente adequadas à conservação<sup>17</sup> e manutenção<sup>18</sup>. A elaboração e a execução do projeto de restauração da edificação deve ser acompanhada, nas duas etapas, pelo órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural no município.

Na restauração, deverá haver obediência às recomendações das Cartas Patrimoniais, que são documentos firmados internacionalmente que estabelecem normas, procedimentos, criam e circunscrevem conceitos para intervenções em bens culturais.

Deve-se buscar a autenticidade, em obediência à Carta de Restauo de 1972<sup>19</sup>

*“Uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos. Este princípio deve sempre guiar e condicionar a escolha das operações. No caso de paredes em desaprumo, por exemplo, mesmo quando sugerirem a necessidade peremptória de demolição e reconstrução, há que se examinar primeiro a possibilidade de corrigi-los sem substituir a construção original”.*

Segundo a Carta de Veneza<sup>20</sup> :

*“A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do*

<sup>15</sup> “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

<sup>16</sup> Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

<sup>17</sup> Conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

<sup>18</sup> Manutenção: Operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

<sup>19</sup> Ministério da Instrução Pública – Governo da Itália – Circular nº 117 de 06 de abril de 1972.

<sup>20</sup> Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, de maio de 1964, elaborada durante o II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos – ICOMOS – Conselho Internacional de monumentos e sítios históricos.

### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

*monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento”.*

#### **Como medidas emergenciais, sugere-se para o rancho e edificação contígua ao mesmo:**

- Cobertura – revisão completa da cobertura, com substituição dos elementos que se encontrarem comprometidos, objetivando a proteção do imóvel até que se iniciem as obras de restauração do mesmo.
- A limpeza interna do imóvel, incluindo a remoção dos materiais armazenados no interior do mesmo.
- Limpeza e capina do terreno adjacente.
- Desligamento da energia elétrica.
- Remoção dos botijões de gás existentes no local.

#### **Como principais medidas operativas, sugere-se para o rancho e edificação contígua ao mesmo:**

- Restauração completa da cobertura, preservando as características originais existentes, ou seja, número de águas, inclinação, dimensões e formas de acabamento dos beirais. As telhas deverão ser removidas e limpas para verificar a possibilidade de reutilização. Caso o número não seja suficiente, deverá ser utilizado modelo com as mesmas características do elemento original (cor, forma, tamanho, etc). Sugere-se a amarração das telhas para evitar que as mesmas escorram.
- Vistoria detalhada nas madeiras integrantes da fachada frontal, prevendo substituição dos trechos comprometidos pela umidade, bactérias, fungos e insetos, que deverão ser substituídos por madeira similar.
- Substituição do trecho em tijolos cerâmicos furados existente na fachada frontal por madeira, nos moldes do acabamento original.
- Imunização dos elementos de madeira e tratamento para proteção das superfícies.
- Deve ser previsto sistema eficiente de drenagem de água no terreno adjacente para manter os elementos de madeira e as alvenarias longe da umidade.
- Selamento de trincas e fissuras existentes nas alvenarias e recomposição dos rebocos onde se encontrarem comprometidos. Deve-se usar argamassa compatível com o sistema construtivo existente. Após estas intervenções, realizar nova pintura.
- Deverão ser desenvolvidos projetos elétrico, hidráulico e outros complementares necessários ao novo uso do imóvel após a recuperação.
- Internamente, sugere-se que ocorra o resgate da planta livre, como era comum nos ranchos de tropas. Caso utilize mobiliário, que estes sejam móveis e de fácil remoção.



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- É necessário propor uso ao imóvel, compatível com as características do edifício, da vizinhança e dos atuais costumes e anseios da população local, de forma a se garantir sua manutenção periódica. A preservação é de suma importância para a perpetuação do bem e uma das formas de preservar é atribuir um uso ao imóvel, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que o imóvel cultural cumpra sua função social. A esse respeito a Carta de Atenas<sup>21</sup> prevê: “(...) A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico (...)”. **Sugere-se o uso público do imóvel, que permita a visitação da comunidade local e de turistas, e que o espaço contenha informações históricas sobre a edificação, de forma a divulgar sua importância para o distrito e toda a região.**

**Observação: Apesar do perímetro de tombamento incluir o rancho das tropas e a edificação contígua a este na sua lateral esquerda, é importante ressaltar que este conjunto deve ser tratado como um único objeto, uma vez que o rancho não existia de forma isolada. Portanto, a preservação da edificação existente à direita do rancho é essencial para um perfeito entendimento da função que o edifício desempenhava.**

#### 7- ENCERRAMENTO

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2013.

Andréa Lanna Mendes Novais  
Analista do Ministério Público – MAMP 3951  
Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9

Neise Mendes Duarte  
Analista do Ministério Público – MAMP 5011

<sup>21</sup>A Carta de Atenas foi solenemente promulgada pela Sociedade das Nações. Atenas, Outubro de 1931.